

MEC

Debandada de pesquisadores da Capes

Um grupo de pesquisadores ligados à Capes, órgão do MEC (Ministério da Educação) responsável pela pós-graduação no país, pediu renúncia coletiva. Eles criticam pressão para acelerar ações para abertura de novos cur-

sos, para aprovar ofertas a distância e um suposto descaso da liderança da Capes na retomada da avaliação dos programas. Três coordenadores e 28 consultores da área de avaliação de Matemática/Probabilidade e Estatística assi-

nam uma carta de renúncia divulgada ontem. Na semana passada, três coordenadores da área de Astronomia/Física já haviam anunciado desligamento também por insatisfação com a presidência da Capes. **PÁGINA 5**

CARGOS VAGOS

TSE



Barroso libera concurso em estados em recuperação

O ministro Luís Roberto Barroso (foto), do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou estados e municípios que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal a realizar concurso para preenchimento de cargos vagos na administração pública. O ministro derrubou trechos de uma lei sancionada pelo presidente Bolsonaro que impõe uma série de limitações aos entes da federação que têm acordo com a União para renegociar dívidas em busca de maior equilíbrio fiscal. Barroso afirmou que as regras previstas na legislação representam "risco à continuidade dos serviços públicos estaduais e municipais". A decisão do ministro será analisada pela corte na sessão do plenário virtual que ocorrerá em dezembro. O magistrado também permitiu que prefeitos e governadores excluam do teto de gastos investimentos executados com recursos de fundos públicos especiais. **PÁGINA 3**

GOVERNO CENTRAL

Contas públicas de outubro têm superávit de R\$ 28,195 bi

Com o crescimento da arrecadação e a redução das despesas geradas pela pandemia de Covid-19, o Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registrou superávit de R\$ 28,195 bilhões, em outubro. Esse foi o maior resultado positivo para o mês desde outubro de 2016, quando foi registrado superávit pri-

mário de R\$ 51,756 bilhões (valor corrigido pela inflação). A informação foi divulgada ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado primário é formado por receita menos despesas, sem considerar os gastos com juros. Em outubro do ano passado, o Governo Central registrou déficit de R\$ 3,783 bilhões (valor corrigido pela inflação). **PÁGINA 2**

COVID-19

DIVULGAÇÃO



Rio mantém previsão de carnaval apesar de nova variante

O Rio de Janeiro mantém o planejamento para a realização do carnaval no ano que vem apesar do surgimento da Ômicron, nova variante do coronavírus. A Secretaria Estadual de Saúde afirma que mudanças só ocorrerão em caso de alteração na tendência epidemiológica na cidade. As inscrições para o concurso de Rei Momo, Rainha e Princesa do Carnaval, feitas pela prefeitura, seguem abertas até hoje. A Liesa (Liga das Escolas de Samba) mantém a venda de ingressos para o desfile no Sambódromo e os preparativos para a apresentação de 506 blocos seguem em curso. O secretário estadual de Saúde, Alexandre Chieppe, afirma que novas restrições só serão impostas após uma mudança no cenário epidemiológico ou informações mais precisas sobre a transmissibilidade e gravidade da variante Ômicron. "Ainda não temos dados sobre a agressividade da variante, seu risco clínico, ou se escapa da vacina. A decisão é tomada com base na realidade atual ou na futura projetada com base em algumas variáveis mais claras", disse ele. A Prefeitura de Salvador cancelou as festas de Réveillon na cidade. As prefeituras de Florianópolis e Belo Horizonte já haviam tomado decisão semelhante. Já a gestão Eduardo Paes (PSD) (foto) decidiu manter a festa na praia de Copacabana. **PÁGINA 6**

FGV

Inflação do aluguel sobe 0,02% em novembro

PÁGINA 2

CNC

Endividamento das famílias atinge 74,6%

O percentual de famílias brasileiras com dívidas em atraso ou não chegou a 74,6% em outubro deste ano, maior patamar da série da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), iniciada em janeiro de 2010. Antes de julho deste ano, a parcela nunca havia superado a marca dos 70%. Desde julho, no entanto, o percentual de endividados no país, que está há 11 meses em alta, supera os 70%. Os dados foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em setembro deste ano, o índice havia ficado em 74%. Já em outubro do ano passado, os inadimplentes eram 66,5% das famílias. O percentual de inadimplentes, ou seja, famílias que têm contas ou dívidas em atraso, apresentou, em outubro deste ano (25,6%), uma ligeira alta em relação a setembro (25,5%). Houve, no entanto, queda em relação a outubro de 2020 (26,1%). **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,58% / 102.814,03 / 589,77 / Volume: 24.598.147.688 / Quantidade: 4.005.244										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.) <th>EURO turismo</th> <td>Compra: 6,4108</td> <td>Venda: 6,5908</td>	EURO turismo	Compra: 6,4108	Venda: 6,5908	
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA 5	1,03% (out.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,6112	Venda: 5,6118		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic (27/10)	7,75%	até o dia 29/nov	DÓLAR comercial	Compra: 5,6096	Venda: 5,6102		
GETNET BR UNT	3,77	+11,21	+0,38	CYRELA REALTON NM	14,04	-3,70	-0,54	PETROBRAS PN N2	29,47	+3,51	+1,00	NASDAQ Composite	15.782,834	+1,88	POUPANÇA 3 (29/11)	0,44%	DÓLAR turismo	Compra: 5,6534	Venda: 5,8334
LOCWEB ON NM	14,67	+6,77	+0,93	CVC BRASIL ON NM	14,55	-2,68	-0,40	VALE ON NM	69,50	+1,25	+0,86	Euro STOXX 50	4.110,23	+0,50	BM&F/grama	R\$ 322,40			
USIMINAS PNA N1	13,70	+6,12	+0,79	B3 ON NM	11,50	-2,38	-0,28	ITAUUNIBANCO PN N1	22,66	-0,66	-0,15	CAC 40	6.776,25	+0,54	EURO Comercial				
BANCO INTER UNT N2	37,71	+4,52	+1,63	ASSAI ON NM	13,05	-2,32	-0,31	MAGAZ LUIZA ON NM	8,04	-0,25	-0,02	FTSE 100	7.109,95	+0,94					
ULTRAPAR ON NM	14,19	+4,03	+0,55	ECORODOVIAS ON NM	8,27	-2,25	-0,19	B3 ON NM	11,50	-2,38	-0,28	DAX	15.280,86	+0,16					

MERCADOS



Bovespa sobe 0,6% amparada por alta das commodities

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Sustentado por ações de exportadoras de commodities, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o primeiro pregão da semana em alta de 0,58%, aos 102.814 pontos, se recuperando parcialmente do tombo de 3,4% na sessão passada causado pelas incertezas trazidas pela nova variante Ômicron da Covid-19.

O Ibovespa (Índice Bovespa), caminhava para marcar valorização acima de 1% ontem, em linha com a recuperação observada no mercado americano, mas perdeu força pouco antes do fechamento, na esteira de declarações vindas de Brasília acerca da política fiscal do governo.

Destaque de alta na sessão para ações de produtoras de matérias-primas mais relacionadas ao contexto de recuperação global, com os investidores se recompondo após as vendas generalizadas da sexta-feira passada.

As ações de Usiminas tiveram valorização de 6,12%, enquanto as da Ultrapar avançaram 4%. Já os papéis da Petro-

bras fecharam com alta de cerca de 3,5%. O petróleo registrou ganhos de 0,65%, a US\$ 73,19 (R\$ 410,68).

Contribuiu para o movimento de retomada nos preços dos ativos declarações do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, a respeito da nova variante do coronavírus. Segundo ele, a Ômicron é motivo de preocupação, mas não de pânico.

Já as varejistas terminaram o dia na Bolsa brasileira em queda, com o mercado se mostrando frustrado com as vendas na Black Friday. As ações das Lojas Renner recuaram 1,43%, e as da Soma, 1,48%, enquanto os papéis de Magazine Luiza caíram 0,25%, e os da Marisa, 2,6%.

Nas Bolsas americanas, o dia foi de ganhos para as ações - o S&P 500 fechou em alta de 1,32%, enquanto o Nasdaq subiu 1,88% e o Dow Jones teve apreciação de 0,68%.

Já o dólar comercial terminou a sessão com valorização de 0,32% frente ao real, cotado a R\$ 5,613 para venda, no maior patamar desde 1º de novembro (R\$ 5,67).

GOVERNO CENTRAL

Contas públicas de outubro têm superávit de R\$ 28,195 bi

KELLY OLIVEIRA/ABRASIL

Com o crescimento da arrecadação e a redução das despesas geradas pela pandemia de Covid-19, o Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registrou superávit de R\$ 28,195 bilhões, em outubro. Esse foi o maior resultado positivo para o mês desde outubro de 2016, quando foi registrado superávit primário de R\$ 51,756 bilhões (valor corrigido pela inflação). A informação foi divulgada ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O resultado primário é formado por receita menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

Em outubro do ano passado, o Governo Central registrou déficit de R\$ 3,783 bilhões (valor corrigido pela inflação). De

acordo com o Tesouro, em outubro de 2021 comparado a igual mês do ano passado, houve um aumento real (descontada a inflação) de 5,9% (crescimento de R\$ 8,7 bilhões) da receita líquida e um decréscimo real de 15,4% (menos R\$ 23,3 bilhões) das despesas totais.

"A diminuição nas despesas primárias em outubro de 2021 em comparação com o mesmo mês do ano anterior foi influenciada principalmente pela redução nos gastos em resposta aos efeitos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19", diz relatório do Tesouro Nacional.

Os créditos extraordinários e o apoio financeiro a estados e municípios apresentaram redução de R\$ 22,8 bilhões e de R\$ 4 bilhões, respectivamente, quando comparados a outubro de 2020. Por outro lado, naquele mês de 2020 houve devolução à União de R\$ 6,8 bilhões destina-

do ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), evento sem equivalente em outubro de 2021, acrescentou o Tesouro.

Com o número de outubro, o resultado acumulado em dez meses totaliza um déficit primário de R\$ 53,404 bilhões, ante saldo negativo de R\$ 767,421 bilhões (valor corrigido pela inflação) no mesmo período de 2020. Esse foi menor resultado negativo acumulado de janeiro a outubro desde 2015, quando ficou em R\$ 51,587 bilhões.

META

Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece meta de déficit de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central, mas projeto de lei aprovado no fim de abril permite o abatimento da meta de até R\$ 40 bilhões de gastos com o enfrentamento da pandemia de covid-19.

DÍVIDA PÚBLICA

O Tesouro Nacional também divulgou hoje o Relatório de Projeções da Dívida Pública. Segundo o relatório, a Dívida Pública do Governo Geral (DBGG) deve fechar 2021 com uma queda superior a 8 pontos percentuais do PIB (Produto Interno Bruto - soma de todos os bens e serviços produzidos no país) em relação a 2020, "o que mostra reversão importante do aumento registrado no ano anterior em decorrência da queda de arrecadação e das medidas fiscais de enfrentamento à pandemia da covid-19".

A previsão é que a DBGG termine 2021 em 80,6% do PIB. "De 2022 em diante, espera-se uma redução gradual nesse indicador, que atingiria um patamar de 76,6% do PIB em 2030. Essa trajetória é fruto, basicamente, do efeito do crescimento do PIB nominal e dos superávits primários esperados a partir de 2024".

INFLAÇÃO DO ALUGUEL

IGP-M sobe 0,02% em novembro com queda de preços no atacado

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado), conhecido também como a inflação dos aluguéis, subiu 0,02% em novembro, chegando a 17,89% em 12 meses, informou ontem a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Com o resultado deste mês, o índice soma seis meses em desaceleração, após atingir um pico em maio, quando chegou a 37,04% em 12 meses, o maior da série histórica do Ibré (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV. Em outubro, o IGP-M registrou variação de 0,64% e ficou em 21,73% no período de um ano.

Em novembro, segundo a FGV, o resultado foi influenciado principalmente pela queda nos preços de produtos no atacado, o que ajudou a conter o efeito da alta nos combustíveis, como diesel e gasolina.

Para quem tem o contrato de aluguel corrigido pelo IGP-M, a variação acumulada até novembro será aplicada àqueles com aniversário em dezembro. Portanto, se os proprietários decidirem aplicar integralmente o índice, um aluguel de R\$ 3.000 passará a ser R\$ 3.536,70 em janeiro.

Mesmo com a previsão de correção pelo índice, os donos de imóveis não são obrigados a corrigir integralmente os valores de locação.

Desde o ano passado, quando a variação do IGP-M disparou em meio à crise econômica decorrente da pandemia, administradores de imóveis relatam aumento no número de negociações entre locadores e locatários.

A partir deste ano, a distância pelo o IGP-M e a inflação oficial (o IPCA) vem diminuindo porque, de um lado, o índice dos aluguéis vem desacelerando, ao mesmo tempo em que o indicador oficial de preços está subindo. Em 12 meses até outubro, o IPCA ficou em 10,67%.

A disparada do IGP-M ocorreu principalmente por conta do aumento de preços de produtos dolarizados, como é o caso das commodities, e que acabam tendo pouca relação com o mercado imobiliário, o que levou a inúmeros questionamentos quanto à racionalidade de usar o índice para recompor os aluguéis.

O maior peso na composição do IGP-M é um índice de inflação dos produtos ao produtor,

que mede a variação dos preços no atacado. Nos 12 meses até novembro, ele acumula alta de 20,51%. Esse índice, o IPA, corresponde a 60% do IGP-M.

Em novembro, o IPA ficou negativo em 0,29%, graças à queda de preços das matérias-primas brutas (-4,84%), grupo de despesas que inclui as principais commodities exportadas pelo Brasil, como é o caso de minério de ferro (queda de 15,15% em novembro) e soja em grão (-2,85%).

André Braz, coordenador de índices de preços do Ibré, destaca também a variação do milho (-5%). A queda de preços desses produtos favoreceu a manutenção da inflação ao produtor em terreno negativo, segundo ele, apesar da alta dos combustíveis. O diesel subiu 9,96% e a gasolina, 10,17%.

O IGP-M ainda tem outras duas partes. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) tem estrutura similar ao IPCA (que é calculado pelo IBGE), e o INCC (Índice Nacional de Custos da Construção).

O primeiro responde por 30% da inflação do aluguel e acumula alta de 9,73% até novembro. No IPC, os combustíveis tam-

bém foram as principais altas em novembro. A gasolina subiu 7,14%, o etanol, 9,15%, e o botijão de gás, 2,75%.

Já o índice da construção equivale a apenas 10% do IGP-M e está em 14,69% em 12 meses. Em novembro, as principais altas foram nos preços de elevadores (2,03%), condutores elétricos (4,26%) e argamassa (2,15%).

Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei quer substituir o IGP-M pelo IPCA. Desde o fim de outubro, o texto aguarda chamada na pauta de votações do parlamento.

Independentemente de legislação sobre o assunto, os inquilinos com contrato em andamento devem tentar negociar seus contratos. A lei do inquilinato prevê que contratos devem ter um índice de correção anual, mas não fixa qual é. Por isso, mesmo a correção pode ser negociada entre as partes.

Na capital paulista, novos contratos de aluguéis têm registrado valores menores do que há um ano, segundo pesquisa do SecoviSP (sindicato da habitação). Em 12 meses em outubro, a variação ficou negativa em 0,08.

INSS

Governo deixa de pagar perícias e processos na Justiça estão parados

CRISTIANE GERCINA/FOLHAPRESS

Uma trava legal está fazendo com que segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que buscaram a Justiça para conseguir benefícios por incapacidade, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, sigam sem resposta para seus pedidos. O motivo é a falta de pagamento das perícias médicas judiciais, o que faz com que processos estejam suspensos em todo o país.

De acordo com a lei 13.876, de 2019, o pagamento das perícias médicas judiciais em processos de benefícios por incapacidade nos quais o INSS é parte deveria ser feito pelo Poder Executivo por até dois anos, ou seja, até 2021. O prazo venceu em setembro e, desde então, não está ocorrendo pagamento dos médicos para que exames periciais sejam feitos.

Procurados, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e Ministério da Economia não responderam até a publicação desta reportagem.

A perícia é necessária para determinar a incapacidade do segurado para o trabalho, seja ela temporária ou permanente. Nos casos de auxílio-doença previdenciário e de aposentadoria por invalidez, o exame é feito na Justiça Federal. Já nos casos em que o benefício é considerado acidentário, ou seja, proveniente de acidente ou doença do trabalho, a ação corre na Justiça Estadual. Desde 23 de setembro, não há liberação de verba em nenhuma das esferas judiciais. Segundo Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), como não há

orçamento, os juízes estão sobrestando as perícias, à espera de uma solução para o caso. "A Justiça Federal não tem dinheiro para pagar, pois não ficou definido de onde vai sair esse dinheiro. As perícias estão paradas, aguardando uma decisão", diz ela. A advogada Lais dos Santos, do escritório Patricia Santos Advocacia, afirma que há casos nos quais os peritos estão fazendo os exames, mesmo sem previsão de receber, com a certeza de que terão o pagamento assim que a situação for resolvida. "Como há essa brecha da lei, a Justiça está indo por dois caminhos, ou os processos estão sendo suspensos, ou há casos em que a perícia segue sendo feita mesmo sem um prazo real de recebimento."

O presidente do Iprevid (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Roberto de Carvalho Santos, diz que há ainda casos de segurados que, quando podem, pagam a própria perícia, mas isso é raro, já que a maioria que busca a Justiça está sem trabalho e sem renda e o exame custa entre R\$ 300 e R\$ 370.

Para ele, os peritos que assumem a perícia sem saber quando vão receber estão "fazendo um ato nobre", porque não há garantia de pagamento no futuro. "É uma situação bem complexa, porque não há hoje qualquer previsão legal de quem vai pagar por esses exames." Mesmo nas situações em que o segurado custeia a perícia, segundo ele, ao fim do processo, pode ser que o trabalhador não receba do INSS o que foi gasto, já que não há previsão legal para isso, apenas nos casos em que o segurado é beneficiário da Justiça gratuita.

FGV

Confiança do comércio recua 6,2 pp em novembro e chega a 88 pontos

O Índice de Confiança do Comércio (Icom), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve queda de 6,2 pontos de outubro para novembro deste ano. Com isso, o indicador chegou a 88 pontos, em uma escala de zero a 200, o

menor nível desde abril deste ano (84,1 pontos). Confiança do empresário do comércio brasileiro caiu em relação tanto ao presente quanto ao futuro. O Índice da Situação Atual, que mede as avaliações sobre o momento atual, caiu 7 pon-

tos e chegou a 88,3 pontos.

Já o Índice de Expectativas, que mede a confiança do empresário no futuro, cedeu 5,1 pontos e atingiu 93,3 pontos.

"O cenário para os próximos meses não é muito ani-

mador, dado que a confiança dos consumidores ainda se encontra muito baixa, a inflação segue em alta, os juros subindo e o mercado de trabalho ainda reagindo gradualmente", disse o pesquisador da FGV Rodolpho Tobler.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

CNC

Endividamento das famílias chega a 74,6% em outubro

O percentual de famílias brasileiras com dívidas em atraso ou não chegou a 74,6% em outubro deste ano, maior patamar da série da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), iniciada em janeiro de 2010. Antes de julho deste ano, a parcela nunca havia superado a marca dos 70%. Desde julho, no entanto, o

percentual de endividados no país, que está há 11 meses em alta, supera os 70%. Os dados foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Em setembro deste ano, o índice havia ficado em 74%. Já em outubro do ano passado, os inadimplentes eram 66,5% das famílias.

INADIMPLÊNCIA

O percentual de inadimplentes, ou seja, famílias que têm contas ou dívidas em atraso, apresentou, em outubro deste ano (25,6%), uma ligeira alta em relação a setembro (25,5%). Houve, no entanto, queda em relação a outubro de 2020 (26,1%).

O percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas ou contas caiu para 10,1%

em outubro deste ano, abaixo dos 10,3% do mês anterior e dos 11,9% de outubro do ano passado.

A parcela média da renda comprometida com dívidas manteve-se estável em 30,2%. A maior parte das dívidas (84,9%) é com cartão de crédito. Entre os inadimplentes, o tempo médio de atraso na quitação das dívidas é o menor desde março deste ano: 61,4 dias.

BC/Focus

Mercado financeiro prevê inflação em 10,15% e PIB de 4,78% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu de 10,12% para 10,15% neste ano. Essa foi a 34ª elevação consecutiva da projeção. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa das instituições para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação subiu 4,96% para 5%. Para 2023 e 2024, as previsões foram mantidas em 3,42% e 3,10%, respectivamente.

A previsão para 2021 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta,

definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior de 5,25%. Para 2022 e 2023, as metas são 3,5% e 3,25%, respectivamente, com o mesmo intervalo de tolerância.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 7,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Na última reunião do Copom deste ano, nos dias 7 e 8 de dezembro, a previsão do mercado financeiro é que a Selic suba para 9,25% ao ano.

Para o fim de 2022, a estimati-

va é de que a taxa básica chegue a 11,25% ao ano. E para 2023 e 2024, a previsão é de Selic em 7,75% ao ano e 7% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Além disso, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e esti-

mulando a atividade econômica.

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 4,80% para 4,78%. Para 2022, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 0,58%. Na semana passada, a estimativa de expansão era 0,70%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2% para ambos os anos.

A expectativa para a cotação do dólar se manteve em R\$ 5,50 para o final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é de que a moeda americana também fique nesse patamar.

TECNOLOGIA

Ganhos do 5G não devem chegar a toda a população

CATARINA FERREIRA/FOLHAPRESS

A democratização do acesso à internet deve ser prioridade do país, na opinião dos debatedores do seminário sobre 5G promovido pelo jornal Folha de S.Paulo na última quarta-feira.

O motivo, dizem os especialistas, é que os benefícios dessa tecnologia ainda têm um longo caminho para chegar a toda a população, o que vai exigir desde investimento em infraestrutura até comercialização de novos aparelhos.

Neste mês, o governo federal realizou um leilão para decidir quais empresas podem operar a rede. Claro, Vivo e Tim levaram lotes das principais faixas da frequência 5G.

O edital também previu contrapartidas para essas empresas. Entre elas, levar o 4G para locais sem cobertura, montar infraestrutura para conectar estradas e levar internet a escolas públicas.

A nova geração de rede móvel deve chegar às capitais e ao Distrito Federal até julho de 2022, segundo cronograma da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

No entanto, a potencialidade das novas conexões não será aproveitada pela população a curto prazo, diz Flávia Lefèvre, advogada especialista em telecomunicações e ex-conselheira do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil).

Apesar de o edital ter estabelecido investimentos para aumentar a cobertura 4G, as contrapartidas não atendem às demandas de conexão e democratização digital, apenas de infraestrutura, diz a advogada. Ela afirma que investimentos em wi-fi em pontos públicos e diretrizes de compartilhamento de estruturas poderiam beneficiar a população de forma concreta.

"Não é tão importante que o consumidor tenha acesso ao 5G amanhã, o que o ele precisa é de 4G ilimitado e com qualidade. Isso é essencial para o exercício da cidadania."

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo NIC.br (Núcleo de Coordena-

ção de Iniciativas e Serviços de Internet no Brasil), 81% da população brasileira têm acesso à internet. Nas classes A e B, o percentual de usuários é de cerca de 90%; na classe C, 85%; e nas classes D e E, 67%.

Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis (sindicato que reúne operadoras de telefonia) vê o leilão do 5G como uma importante ferramenta de inclusão digital. "Cumprindo com as obrigações, podemos eliminar desertos digitais que ainda existem no país", afirma.

Como a rede 5G tem um alcance menor do que a 4G, as operadoras precisarão de mais antenas, o que pode prejudicar a chegada do sinal a áreas periféricas.

Estudo feito pela Teleco, consultoria em telecomunicações, mostra que bairros com menor renda têm acesso de pior qualidade. Isso porque o número de antenas por habitante é menor.

Na capital paulista, por exemplo, bairros de periferia, como Grajaú (zona sul) e Cidade Tiradentes (zona leste), têm até duas antenas por quilômetro quadrado. Já regiões nobres, como Pinheiros (zona oeste) e Vila Mariana (zona sul), contam com mais de dez antenas por quilômetro quadrado.

Celina Bottino, diretora do Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, vê no investimento em conectividade nas escolas um ponto importante para a democratização do acesso às redes digitais. Ela afirma que esses locais têm potencial multiplicador, mas ainda carecem de internet qualidade.

Questionado sobre o alto custo previsto para aparelhos de 5G e para a oferta de pacotes de dados, Ferrari, da Conexis, diz que não cabe às operadoras regular o valor dos equipamentos. "Essa tecnologia vai começar com um preço maior, mas, à medida que ganhar escala, o preço vai cair. É natural que isso aconteça", afirma o especialista.

O webinar foi mediado pelo jornalista Julio Wiziack e teve patrocínio da Embratel.

STF

Barroso libera concurso em estados e municípios em recuperação fiscal

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou estados e municípios que aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal a realizar concurso para preenchimento de cargos vagos na administração pública.

O ministro derrubou trechos de uma lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro neste ano que impõe uma série de limitações aos entes da federação que têm acordo com a União para renegociar dívidas em busca de maior equilíbrio fiscal.

Barroso afirmou que as regras previstas na legislação representam "risco à continuidade dos serviços públicos estaduais e municipais".

A decisão do ministro será analisada pelo conjunto da cor-

te na sessão do plenário virtual que ocorrerá entre 10 e 17 de dezembro.

O magistrado também permitiu que prefeitos e governadores excluam do teto de gastos investimentos executados com recursos de fundos públicos especiais.

Barroso fez críticas a esse trecho da legislação: "Ocorre que aplicar acriticamente o teto de gastos aos fundos especiais, ao menos em cognição sumária, parece produzir um contrassenso: recursos públicos com destinação específica, que poderiam ser investidos na melhoria de serviços públicos essenciais à população, ficarão paralisados".

Em relação ao veto à contratação de pessoal, o ministro disse que a medida limita o poder de atuação de governos estaduais e municipais.

"Restaria muito pouco da autonomia de estados, do Distrito Federal e de municípios se não pudessem sequer admitir pessoal para manter seus quadros estáveis quando aderissem ao Regime de Recuperação Fiscal", disse.

Para o ministro, não é correto condicionar ao aval do governo federal o chamamento de concursos por governadores e prefeitos.

"A vinculação do preenchimento até mesmo de cargos vacantes à autorização prévia de órgãos federais afronta, em linha de princípio, a autonomia dos estados e municípios. Não se trata, aqui, de criação de novos cargos públicos. Cuida-se, exclusivamente, de nomear novos servidores para cargos vagos, com vistas à continuidade dos serviços públicos estaduais e municipais", disse.

A decisão foi tomada em ação apresentada em julho pela Associação dos Magistrados Brasileiros e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

As entidades questionaram diversos dispositivos da lei sancionada neste ano que alterou diversos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, e da lei de 2017 que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal.

O novo texto estabelece as contrapartidas para que os entes da federação possam aderir ao regime, com o objetivo de acertar suas dívidas com a União.

Entre os estados que já participam do regime está o Rio de Janeiro. Em junho, o estado anunciou que foi autorizado pelo governo federal a aderir ao programa.

números diferentes desses, com essa finalidade, deve ser considerado. Para o grupo que recebeu fora das regras do benefício, a mensagem será: "O CPF *456.789-** tem parcelas a devolver do Auxílio Emergencial. Devolva todas as parcelas em gov.br/devolucaoae. Fraude denuncie em gov.br/falabrae".

Para o público do Bolsa Família, que recebeu fora das regras do benefício, a mensagem será: "O NIS *456.789** tem parcelas a devolver do Auxílio Emergencial. Devolva todas as parcelas em gov.br/devolucaoae. Fraude denuncie em gov.br/falabrae".

Para o grupo relacionado à Declaração de IRPF e com DARF emitida, que solicitaram o auxílio por meio do aplicativo da CAIXA, denominado público ExtraCad, a mensagem será: "O CPF *456.789-** possui DARF do Imposto de Renda em aberto relativo ao Auxílio Emergencial.

rada uma DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) para a devolução, que ainda está em aberto. O governo também envia notificações para os brasileiros que se cadastraram pelo aplicativo do programa, mas não tinham direito.

Há também os casos de pessoas que podem ser titulares de um segundo benefício do governo federal, como aposentadoria, seguro-desemprego ou benefício emergencial do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, ou com vínculo empregatício quando o auxílio foi pago, ou identificadas com renda incompatível com o recebimen-

to, dentre outros casos, afirma o governo. Segundo o ministério, após o envio do primeiro e do segundo lote de mensagens de 2021, foram devolvidos aos cofres públicos aproximadamente R\$ 66,3 milhões pelo pagamento de DARF em aberto e pelo pagamento de GRUs (Guia de Recolhimento da União), no período de 18 de agosto a 18 de novembro.

As mensagens do Ministério da Cidadania têm o número do CPF do beneficiário e o link iniciado com gov.br. Elas são enviadas pelos números 28041 ou 28042. O Ministério da Cidadania alerta de que qualquer SMS de

FRAUDE

Governo cobra devolução de auxílio emergencial de 625 mil beneficiados

O Ministério da Cidadania informou que começou a enviar mensagens de celular para cerca de 625 mil cidadãos que precisam devolver o auxílio emergencial ao governo por não se enquadrarem em regras do programa. Segundo o órgão, as mensagens de celular (SMS) estão sendo enviadas com o objetivo de orientar sobre a devolução voluntária de recursos.

Receberão as mensagens de celular deste terceiro lote trabalhadores que, ao enviarem a declaração do Imposto de Renda 2021, foram informados de que teriam que devolver as parcelas do benefício. Nesses casos, foi ge-

ZEE DOG S.A.
CNPJ/MF nº 15.662.972/0001-19 - NIRE 333.003.029-13
Convocação para AGE: Nos termos do Art. 12 do Estatuto Social da Cia. e dos Artigos 123, 124 e 289 da Lei 6.404/1976, ficam convocados os acionistas da Cia. a se reunirem, na filial da Cia. localizada na Cidade e Estado do RJ, na Rua Conde de Irajá, 260, 2º andar, Lado A, Botafogo, CEP 22271-020, em AGE a ser realizada, em primeira convocação, no dia 16/12/21, às 11h, para deliberar sobre (i) a ratificação do vencimento antecipado das opções objeto do Terceiro Plano de Opção de Subscrição de Ações da Cia., aprovado em AGE da Cia. realizada em 13/10/20 ("Terceiro Plano"); (ii) a ratificação do vencimento antecipado das opções objeto do Quarto Plano de Opção de Subscrição de Ações da Cia. aprovado em AGE da Cia. realizada em 25/05/21 ("Quarto Plano"); (iii) o reconhecimento da emissão de ações, dentro do capital autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração da Cia., no âmbito do Terceiro Plano, e o correspondente aumento de capital; (iv) o reconhecimento da emissão de ações, dentro do capital autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração da Cia., no âmbito do Quarto Plano, e o correspondente aumento de capital; (v) a alteração do Art. 5º do Estatuto Social; (vi) o cancelamento do capital autorizado da Cia.; (vii) o cancelamento dos bônus de subscrição de emissão da Cia.; (viii) a aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Cia. pela Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Protocolo e Justificação"), S.A. de capital aberto, inscrita no CNPJ/ME nº 18.328.118/0001-09, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35.3.0045382-4 ("Petz"); (ix) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Cia. para fins do Art. 252, §1º, da Lei das S.A. ("Laudo de Avaliação"); (x) o Laudo de Avaliação; e (xi) a aprovação da incorporação da totalidade das ações de emissão da Cia. pela Petz, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações; e (xii) consolidação do Estatuto Social. Fica comunicado aos acionistas que se encontram à sua disposição na filial da Cia. acima referida, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e demais documentos relativos às matérias que serão objeto de deliberação na AGE. RJ, 29/11/21. Felipe Diz - Presidente do Conselho de Administração

Diário do
Acionista
publicidade@diariodacionista.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ATAS, EDITAIS, CONVOCAÇÕES

Faça seu orçamento

Tels.: (21)
3556-3030/96865-1628
Whatsapp:
99539-3634

**GORDO**

STJ manda soltar traficante ligado a André do Rap

ROGÉRIO PANGAN/FOLHAPRESS

Apontado pela polícia e pela Promotoria como um dos principais chefes do PCC e do tráfico de drogas da Baixada Santista, Fábio Dias dos Santos, 35, o Gordão, foi colocado em liberdade na última sexta-feira por determinação da sexta turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Quando foi preso em julho de 2017, em Peruíbe (litoral paulista), Santos estava na lista da Interpol e era procurado pela polícia de 52 países sob a acusação de participar de esquema de envio de cocaína à Europa e África via Porto de Santos. Ele foi condenado a 15 anos e seis meses de prisão.

À época, estava foragido havia cerca de três anos e usava documentos falsos.

De acordo com a Polícia Federal e integrantes da cúpula da segurança pública de São Paulo, Santos é um dos principais comparsas de André de Oliveira Macedo, o André do Rap, solto em outubro de 2020 por determinação do ministro Marco Aurélio Mello, então no STF (Supremo Tribunal Federal).

Santos teve sua prisão preventiva relaxada porque os ministros da sexta turma do STJ entenderam, por unanimidade, que o réu estava preso havia tempo demais sem uma sentença condenatória definitiva. Por esse motivo, segundo os magistrados, teria o direito de aguardar em liberdade o julgamento da apelação.

A condenação dele ocorreu em 2015 e, em 2018, foi confirmada pelo TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região. O tribunal também elevou a pena total de 12 para 15 anos de reclusão. Desde então, a defesa recorre dessa decisão.

De acordo com o ministro relator Rogério Schietti Cruz, não ficou comprovado no processo, conforme "caberia ao Tribunal de origem demonstrar, ainda que minimamente", que uma prova conjunta aos autos pela defesa teria caráter manifestamente protelatório ou meramente tumultuário.

"Uma vez que se reconhece a nulidade do acórdão da apelação, com a determinação de que seja realizado novo julgamento, configurado está o apontado excesso de prazo na custódia cautelar, que perdura há mais da metade do tempo pelo qual foi o paciente condenado (12 anos de reclusão)", diz.

Santos estava preso na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo, onde ficam concentrados presos suspeitos de ligação com o PCC. Ali também estava o comparsa André do Rap an-

tes de conseguir um habeas corpus e fugir na sequência.

Além de Santos e André do Rap, a Justiça também determinou a soltura, em setembro deste ano, de Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí, apontado pelas forças de segurança paulista como um dos principais chefes do tráfico da favela de Paraisópolis, zona sul da capital paulista.

Silva foi solto após reduzir uma pena de extorsão mediante sequestro graças à leitura de livros e à participação em cursos dentro da prisão. Ele estava preso desde 2008 e cumpria pena no sistema federal desde 2012. Na ocasião, ele foi transferido a pedido do governo paulista depois que órgãos de inteligência o apontaram como mandante do assassinato de policiais.

Silva estava preso ultimamente na penitenciária de Caturva.

O promotor Lincoln Gakiya, integrante de um grupo do Ministério Público de São Paulo especializado no combate ao crime organizado, disse lamentar a soltura de mais um importante integrante do PCC por "filigranas processuais". "Eu lamento muito, independente dos pormenores do processo."

"Vejo com muita preocupação o excesso de garantismo processual penal dos tribunais superiores, sobretudo o STJ e o STF, que têm libertado grandes narcotraficantes e integrantes de organizações criminosas", disse ele, que atua na região do estado onde estão concentrados os chefes do PCC.

De acordo com o promotor, Santos foi preso com base em provas robustas, suspeito de traficar mais de quatro toneladas de drogas ao exterior. Além disso, estava foragido havia três anos quando foi preso, usando documentos falsos, e ainda responde a outros processos.

"O destino dele será o mesmo do André do Rap. Vai aproveitar essa lacuna processual e vai embora do Brasil. Certamente ele não vai aguardar essa condenação ser confirmada, transitar em julgado como aconteceu com André do Rap", disse o promotor.

Gakiya continua: "O André do Rap está operando da Bolívia o tráfico internacional do PCC para a Europa a partir do Porto de Santos. No território boliviano, ele consegue agilizar, coordenar toda essa logística. Eu vejo com muita preocupação. Isso vai reforçar os quadros do PCC. Isso só vai ajudar o crime organizado."

A reportagem ainda não conseguiu contato com a defesa de Santos.

GUARULHOS

Brasileiro com Covid vindo da África está isolado em casa

FÁBIO PESCARINI/FOLHAPRESS

O brasileiro que passou pela África do Sul e testou positivo para a Covid-19 após desembarcar no aeroporto de Guarulhos está em isolamento em casa, segundo a prefeitura da cidade da Grande São Paulo, onde ele reside.

De acordo com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o teste do passageiro de 28 anos foi encaminhado para sequenciamento no Instituto Adolfo Lutz. O resultado, que dirá se ele está infectado ou não pela variante Ômicron, deve ser divulgado até hoje.

Em nota, a Vigilância Epidemiológica do estado afirmou que foi informada no domingo passado que um passageiro vindo da Etiópia testou positivo para Covid-19 no aeroporto de Guarulhos e que o caso é acompanhado pela vigilância do município de Guarulhos, onde o paciente mora.

O órgão afirma ainda que ele tem esquema vacinal completo e está em isolamento desde o desembarque. O passageiro não apresentava sintomas e, por ter passado pela África do Sul —país onde a nova variante foi primeiro identificada—, buscou a testagem no aeroporto.

"O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde de São Paulo e a Anvisa já solicitaram à companhia aérea a lista dos passageiros para auxiliar na detecção e rastreamento dos eventuais contactantes", afirmou a Secretaria Estadual da Saúde.

Mais cedo, durante evento no TCM (Tribunal de Contas do Município), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse que a cidade está se prepa-



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

rando para fazer o acompanhamento de possíveis casos, como fez com a variante delta, que teve o primeiro paciente confirmado com a cepa em julho.

A Secretaria Municipal da Saúde afirmou que realizaria nesta segunda-feira uma reunião com toda a equipe técnica da pasta, a vigilância em Saúde e diretores de hospitais para discutir como fortalecer o monitoramento.

"Trata-se de um trabalho contínuo de avaliação da pandemia que, nesta segunda-feira, dará atenção especial à nova variante descoberta, dentro das atribuições e alcance das autoridades municipais de saúde", afirmou a secretaria, em nota.

A secretaria disse ainda que, além da coleta de amostras, enviadas semanalmente para análise, sequenciamento genômico e monitoramento dos casos, a cargo dos institutos Butantan, de Medicina Tropical da USP, e Adolfo Lutz, serão feitas coletas de pacientes suspeitos (sintomáticos) vindos da África e dos demais países informados pelo Ministério da Saúde.

AVENIDA PAULISTA

Mais de 40 mulheres ciclistas denunciam ataque com spray

ISABELLA MENON/FOLHAPRESS

Mais de 40 mulheres ciclistas denunciam ter sido atacadas na avenida Paulista na última quarta-feira por uma pessoa em uma moto usando um spray. O caso ocorreu durante a pedalada semanal do Vespas Bike Gang, grupo que promove passeios de bicicleta para mulheres.

Karoline Coimbra, cofundadora do grupo, acredita que se tratava de um spray de pimenta, uma vez que a substância causou desconforto nos olhos e tosse. "Não temos como confirmar, mas algo foi espirrado, e eu fui uma das primeiras a ser atingida", diz Coimbra. Ela relata ainda que a moto passou muito

próxima e ela logo sentiu algo molhado no braço.

"Uma amiga disse 'olha o motoqueiro' e vi o spray no ar, como se fosse um desodorante. Quando olhei, as meninas foram parando porque já estavam passando mal", conta a ciclista.

Coimbra conta que o agressor, apesar de ter andado lado a lado com todo o grupo, não teve sucesso em atingir todas as ciclistas. Algumas delas, que estavam mais afastadas, não foram prejudicadas.

Felizmente, o incidente não motivou nenhum acidente sério e, na hora, o grupo parou para algumas tomarem água e pingarem colírio.

"Poderia ter acontecido algo de grave, como uma menina cair

em cima de outra ou perder o controle, mas por sorte e, como sempre andamos muito organizadas, nada aconteceu", diz.

Desde a última quarta, o grupo reúne os relatos e os contatos das 47 mulheres que estavam presentes no dia do incidente e, de acordo com Coimbra, deve formalizar um boletim de ocorrência.

A ação foi gravada pela câmera de uma participante. Nas imagens (assista abaixo), é possível ver o momento em que o agressor dispara o spray. A placa da moto, no entanto, não é nítida na cena, assim como o rosto de quem pilotava.

Coimbra afirma que o grupo nunca tinha passado por uma situação semelhante. "Aconte-

rodoviários da cidade e no aeroporto de Congonhas, como ocorreu entre maio e outubro, por causa da variante delta, em que cerca de 8.000 passageiros foram monitorados.

"Estamos conversando com o Ministério da Saúde e com o governo do estado para monitorar a situação", disse Aparecido.

Sobre a liberação do uso de máscaras em locais abertos, Nunes afirmou que vai esperar resultados de um inquérito sorológico, que deverá ser entregue até o próximo dia 5, para saber se vai seguir o governo do estado, que pretende flexibilizar a utilização do item de proteção no dia 11. "Sempre fizemos ações baseadas nos estudos da Vigilância Sanitária", disse.

"Se a secretaria (de Saúde) falar para adiar, vou adiar", afirmou.

Ao ser perguntado sobre o cancelamento do Réveillon em Salvador, Nunes disse que vai esperar dados técnicos mas que hoje não há a necessidade de agir. "Estamos atentos. Se houver qualquer risco sanitário para a cidade de São Paulo, não terei problema nenhum para cancelar qualquer situação", disse.

Questionado sobre a possibilidade de adiar a flexibilização das máscaras, o governo João Doria (PSDB) (foto) afirmou que o uso obrigatório continuará em ambientes fechados e no transporte público.

"Toda e qualquer medida adotada no Estado para enfrentamento da pandemia é precedida por análises técnicas junto ao Comitê Científico e ao PEI [Plano Estadual de Imunização], à luz dos indicadores da doença", afirma a Secretaria Estadual da Saúde, em nota.

cem problemas de trânsito, claro, tem motorista que xinga, mas nunca tinha acontecido nada nesse nível."

O medo, ela diz, sempre foi presente, mas agora fica ainda mais latente.

"Como vamos nos sentir seguras agora se fomos atacadas na principal avenida da cidade? Imagina se estivéssemos em algum outro lugar que não tem toda essa claridade e quantidade de pessoas passando", lamenta Coimbra.

Apesar do susto, ela garante que a pedalada não será descontinuada. "A rua é nossa, todo mundo tem que ocupar o espaço no trânsito e nós ocupamos o nosso da forma correta. Vamos continuar."

INDENIZAÇÃO

Hospital é condenado por comunicar morte por WhatsApp

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a sentença que condenou um médico e o Hospital Regional de Franca, no interior do estado, a indenizar o marido e o filho de uma paciente cuja morte foi informada por WhatsApp aos familiares. A decisão foi da 4ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP. A reparação foi fixada em R\$ 5 mil.

De acordo com os autos, a paciente foi internada para a realização de cirurgia bariátrica e, nos dias seguintes, passou a apresentar dor, episódios de vômitos e hipotensão. Após a realização de outra cirurgia, foi encaminhada à UTI, teve uma parada cardiorrespiratória e fa-

leceu. Para comunicar o falecimento à família, o médico enviou uma mensagem de texto ao viúvo. "Os réus não observaram a ética médica, tampouco a questão humanitária envolvendo o assunto. Ora, a mera troca de mensagens sobre o estado da paciente não autoriza que a notícia sobre a morte ocorra da mesma forma, já que se trata de assunto extremamente delicado, que deve ser tratado com mais cuidado e zelo pelos réus", escreveu o desembargador Natan Zelinski de Arruda em seu voto.

O magistrado ainda destacou que o próprio hospital reconheceu a falta de cuidado do médico com a situação.

CULTURA

Pinacoteca Contemporânea deve ficar pronta em novembro de 2022

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O prédio da Pinacoteca Contemporânea, extensão da Pinacoteca de São Paulo, deverá estar pronto em novembro do ano que vem. O edifício, cujas obras tiveram início nesta semana, será o terceiro do grupo, atualmente formado pela Pinacoteca Luz e pela Pinacoteca Estação. As informações são do governo de São Paulo.

Assim como os outros dois prédios da Pinacoteca de São Paulo, a nova unidade também

ficará na região central da cidade, onde funcionava, até 2014, a Escola Estadual Prudente de Moraes, na avenida Tiradentes, próxima às estações de trem e metrô Luz.

Orçada em aproximadamente R\$ 85 milhões, a construção da Pina Contemporânea, como é chamada, será custeada pela iniciativa privada e pelo governo de São Paulo, que arcará com R\$ 55 milhões. O local terá potencial para atender até 1 milhão de visitantes por ano.

A nova unidade terá duas ga-

lerias para exposições de obras de diversos portes e um centro para atividades socioeducativas. O local também terá uma área de serviços, com restaurante, loja e espaços comuns para livre circulação do público. Será construído ainda o Jardim da Arte, que vai conectar o prédio da Pinacoteca Luz com o novo edifício.

"Com as novas galerias, o museu terá mais espaço e flexibilidade para expor as mais de 10 mil obras da sua coleção, inclusive aquelas de grande porte, além de receber obras de artis-

tas internacionais, reafirmando a missão da pinacoteca de ser um museu de arte brasileira em diálogo com as culturas do mundo", destacou o diretor-geral da Pinacoteca de São Paulo, Jochen Volz.

A pinacoteca conta atualmente com mais de 10 mil peças, trabalhos de autoria de importantes artistas brasileiros como Anita Malfatti, Lygia Clark, Tarsila do Amaral, Almeida Júnior, Pedro Alexandrino, Candido Portinari e Oscar Pereira da Silva.

CIÊNCIA

Mais de 50 pesquisadores da Capes pedem renúncia

PAULO SALDAÑA/FOLHAPRESS

Um grupo de pesquisadores ligados à Capes, órgão do MEC (Ministério da Educação) responsável pela pós-graduação no país, pediu renúncia coletiva. Eles criticam pressão para acelerar ações para abertura de novos cursos, para aprovar ofertas a distância e um suposto descalço da liderança da Capes na retomada da avaliação dos programas.

Três coordenadores e 28 consultores da área de avaliação de Matemática/Probabilidade e Estatística assinam uma carta de renúncia divulgada ontem. A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pelo jornal Folha de S.Paulo.

Na semana passada, três coordenadores da área de Astronomia/Física já haviam anunciado desligamento também por insatisfação com a presidência da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Outros 18 consultores desse grupo também pediram desligamento.

Até o início da tarde desta segunda, são, portanto, 52 pedidos de desligamento. Há na comunidade científica expectativa de mais pedidos de renúncia.

Questionado, o órgão não respondeu até a publicação deste texto.

Esses pesquisadores trabalham nos processos de avaliação

do sistema de pós-graduação do país. Os coordenadores são nomeados pela Capes para mandatos de quatro anos e o restante trabalha como assessores nesses trabalhos, todos em atividades não remuneradas mas de importância central no sistema.

Essa empreitada é dividida em 49 áreas de avaliação da pós, organizadas sob 9 grandes áreas temáticas e três colégios. Os pedidos de renúncia se concentram sob o guarda-chuva do Colégio Exatas e da Terra.

Na carta desta segunda, os pesquisadores criticam a Capes por tentar acelerar o procedimento para abertura de novos cursos de pós-graduação sem que a avaliação quadrienal tenha sido finalizada. Esse processo é chamado de APCN (Apreensão de Propostas de Cursos Novos).

"Acreditamos que a Avaliação Quadrienal deve preceder a APCN, já que os parâmetros para o julgamento dos cursos novos dependem da Avaliação", diz a carta.

Uma decisão judicial de setembro suspendeu a avaliação quadrienal, o que gerou reações na comunidade científica. Os pesquisadores acusam agora a Capes de, enquanto tenta acelerar o processo que abre novos cursos, atrasar o recurso contra a decisão liminar que congelou a avaliação.

"Chama-nos a atenção que a

recente tentativa de suspensão da liminar tenha sido apresentada pela Capes sem qualquer urgência, apenas depois de dois meses", cita a carta. "É quase impossível que a Avaliação Quadrienal seja retomada no futuro próximo."

Há interesse de instituições privadas de ensino superior em terem aprovados programas de pós-graduação, muitas vezes para garantir status de universidade. Outro interesse, sobretudo do setor privado, é na liberação de cursos na modalidade EAD (ensino a distância).

Isso também é colocado no argumento do pedido de renúncia dos pesquisadores. "Fomos instados a escrever novos documentos a respeito em um prazo de dois dias úteis, depois estendidos em mais uma semana", diz a carta desta segunda.

O professor da UFC (Universidade Federal do Ceará) Gregório Bessa, um dos coordenadores da área Matemática/Probabilidade e Estatística, diz que a renúncia foi decidida após a compreensão que a Capes não mostra interesse em resolver os entraves da avaliação. O mandato deles acabaria no fim do ano mas foi estendido até final de abril.

"A gente renunciou coletivamente para não ser avalista de uma situação que não concordamos", diz ele, que ressalta a impossibilidade de retomar a avaliação quadrienal diante da

inércia do órgão nos esforços de reverter a decisão judicial.

"E parece que vem de cima para baixo para regulamentar o EAD, não tivemos possibilidade de dizer que não queremos. Apareceu com pedido curto de fazer documento. Em vez de entregar o documento EAD, decidimos não fazer e renunciar."

Os coordenadores da área de Astronomia/física também fazem a mesma crítica. "Os motivos elencados no documento são uma atitude de quase inércia da Capes com relação à retomada da avaliação Quadrienal 2017-2020 e a incompreensível pressão em se definir um formato para cursos de PG [pós-graduação] por EAD para a chamada de APCN."

A presidente da Capes, Claudia Mansani Queda de Toledo, chegou ao cargo em abril por escolha do ministro Milton Ribeiro. Ela enfrentou resistência por causa de seu currículo e por ter nomeado sua aluna de doutorado para diretoria internacional.

O pedido de renúncia na Capes ocorre em paralelo a outro processo de instabilidade em um dos órgãos do MEC. Na véspera do Enem, dezenas de servidores do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) pediram desligamento de seus cargos de chefia após denúncias de assédio moral e pressão para alterar o conteúdo da prova.

COVID-19

Salvador cancela festa de Réveillon; Manaus e Rio mantêm evento

A Prefeitura de Salvador anunciou, ontem, o cancelamento das festas públicas de Réveillon na cidade. As prefeituras de Florianópolis e Belo Horizonte já haviam tomado decisão semelhante.

Já a gestão Eduardo Paes (PSD), do Rio de Janeiro, decidiu manter a festa na praia de Copacabana, onde haverá a tradicional queima de fogos. Manaus, que viveu crise em janeiro com falta de oxigênio para pacientes da Covid-19, confirmou a celebração na orla de Ponta Negra.

Ao anunciar a decisão válida para Salvador, o prefeito Bruno Reis (DEM) mencionou a variante Ômicron do coronavírus, que surgiu em países da África e se alastrou por outras nações, e o aumento de casos que atinge o continente europeu nas últimas semanas.

"Sei da importância do evento para economia da nossa cidade, mas seguimos colocando a vida das pessoas em primeiro lugar", escreveu Bruno nas redes sociais.

Mesmo com o avanço da vacinação contra a Covid, a prefeitura afirmou que o cenário de incertezas provocado pela doença impede que ele seja realizado com segurança sanitária.

Com a medida da prefeitura, o Festival Virada Salvador, principal festa de Réveillon da cidade e que costuma reunir um público médio de 400 mil pessoas por dia, está cancelado.

O planejamento da festa começou a ser readequado após a desistência da participação de artistas e a dificuldade da atração de patrocinadores, conforme informou o prefeito Bruno Reis (DEM) anteriormente.

Em condições normais, seriam cinco noites de festa no principal polo da virada na capital baiana.

O decreto estadual da pandemia em vigor libera festas para até 3.000 pessoas na Bahia. Com isso, diversas festas privadas de pequeno porte já foram anunciadas em Salvador.

A capital baiana estuda se

haverá algum tipo de comemoração, como queima de fogos em alguns locais da cidade.

Sobre o Carnaval, a tendência é que a decisão seja tomada conjuntamente com o governo da Bahia, comandado por Rui Costa (PT).

"O governador disse que me procuraria, e eu disse que procuraria ele, e eu já fiz isso. Eu espero ter oportunidade para a gente conversar e tomar a decisão em conjunto, que será tomada com toda cautela e segurança, diante de tudo que está acontecendo", afirmou Bruno.

As festas de carnaval estão incertas tanto em Salvador quanto no Recife e em Olinda, cidades de Pernambuco que também têm grandes eventos no período. Alguns artistas já se manifestaram dizendo que não devem participar da folia mesmo que ela seja confirmada pelas autoridades públicas. Foi o caso do camarote Expresso 2222, comandado por Gilberto Gil e a mulher Flora Gil.

Em Florianópolis, não haverá o tradicional evento de fim de ano na avenida Beira-Mar Norte, para evitar aglomerações com shows. A cidade fará somente queima de fogos.

Rio de Janeiro No Rio, a Secretaria Municipal de Saúde afirma que, por ora, não há evidência científica que indique a necessidade de restrição à realização das festas de fim de ano. Em 17 de setembro, eventos foram retomados na cidade e, segundo a pasta, não houve aumento nos números da pandemia desde então.

"As internações pela Covid-19 são cada vez mais raras e todos os indicadores de monitoramento da pandemia seguem em queda sustentada. A prefeitura seguirá monitorando o panorama epidemiológico e, em caso de mudança, poderá alterar as medidas", afirma a secretaria.

Questionada se haverá protocolo sanitário no Réveillon de Copacabana, a pasta disse que essa informação será divulgada oportunamente.

SENADO

Bolsonaro faz apelo final em vídeo por Mendonça sem citar religião

Em vídeo gravado ontem ao lado do ex-ministro da Justiça André Mendonça, o presidente Jair Bolsonaro diz esperar que o ex-auxiliar seja aprovado pelo Senado para uma das vagas no STF (Supremo Tribunal Federal) e afirma que ele será o ministro de "todos nós" na corte.

"A todos os brasileiros, chegou a hora. Em menos de 48 horas, se Deus quiser, o nome do André Mendonça será sabatinado no Senado Federal. Espero obviamente que seja aprovado e teremos então um representante de todos nós dentro do Supremo Tribunal Federal", afirma.

Mendonça é o candidato "terrivelmente evangélico" que

Bolsonaro havia prometido indicar para o STF.

Mendonça participou de audiência com o chefe do Executivo acompanhado do presidente da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara, Cezinha da Madsureira (PSD-SP). A sabatina de Mendonça está marcada para amanhã na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

O ex-ministro foi indicado à vaga deixa pela aposentadoria de Marco Aurélio Mello em julho, mas teve o processo travado pelo presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP), por mais de quatro meses por resistir ao nome do indicado de Bolsonaro.

Nesta segunda, Alcolumbre

esteve com o presidente. O teor do encontro, porém, foi mantido sob sigilo tanto por assessores do mandatário como do senador.

O senador pelo Amapá foi duramente pressionado, tanto por evangélicos como por outros senadores. A pressão aumentou quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou um esforço concentrado para a votação de indicações, que será realizado nesta semana. Pacheco, aliado de Alcolumbre disse que esperava que todos os presidentes de comissão colocassem em votação todas as indicações pendentes.

Por outro lado, Alcolumbre vinha dizendo a interlocutores

que apenas pautaria a sabatina e votação da indicação de Mendonça quando tivesse certeza que seu nome seria derrubado.

Senadores apontam que a votação no plenário deverá ser apertada, o resultado até o momento imprevisível.

No fim de semana, foi anunciado que a relatora da indicação será a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que se opõe ao governo, mas por outro lado é evangélica, como Mendonça.

Senadores apontam que o passo seria uma forma de Alcolumbre mostrar que estaria dando as condições para Mendonça na CCJ, evitando críticas de que o processo não foi justo.

ORÇAMENTO SECRETO

Câmara aprova teto a verba política

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto de resolução do Congresso Nacional que busca atender a decisão do Supremo Tribunal Federal, a respeito das emendas de relator.

No entanto o texto ainda manteve o controle da distribuição das emendas na cúpula do Congresso e também reforçou que as medidas de transparência valem apenas daqui para frente -ou seja, mantém secreto os parlamentares que indicaram as chamadas emendas RP9 em 2020 e 2021.

O relator da proposta, senador Marcelo Castro (MDB-PI), incluiu em seu relatório um item para tentar limitar o volume das polêmicas emendas de relator. Ela estabelece que o valor máximo das emendas de relator será o total das emendas de bancada e individuais impositivas.

A proposta orçamentária encaminhada ao Congresso prevê R\$ 5,7 bilhões para as emendas de bancada e R\$ 10, 5 bilhões para as emendas individuais.

O texto foi aprovado pelos deputados federais por 268 sim votos, 31 votos não e uma abstenção. Agora o projeto de resolução será analisado pelo Senado, em sessão ainda nesta tarde.

O projeto de resolução é uma das apostas da cúpula do Congresso, para tentar reverter decisão do Supremo Tribunal Federal que barrou as emendas de relator.

Com exceção do teto inclui-

do pelo relator, o texto aprovado é basicamente a proposta antecipada pelo jornal Folha de S.Paulo, que circulou entre líderes da Câmara nas últimas semanas e que era capitaneada pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL).

Na mesma linha do ato conjunto das mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, publicada na quinta-feira da semana passada, o projeto de resolução aprovado estabelece novos critérios de transparência para as emendas.

No entanto, novamente, parlamentares apontam que não atende a decisão da ministra Rosa Weber, depois confirmada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Isso porque estabelece que as medidas de transparência passarão a valer apenas a partir da edição do projeto de resolução do Congresso Nacional - desconsiderando a distribuição de emendas dos últimos dois anos.

A proposta aprovada pelos deputados também não muda em nenhum ponto o atual poder do governo e da cúpula do Congresso de privilegiar determinados deputados em detrimento de outros, nem de patrocinar repasses em períodos de votação de grande interesse do governo.

"Eu não trato dessa questão na resolução, porque a resolução não é o lugar próprio para tratar disso. O lugar próprio para a gente tratar de equidade e critérios é no parecer preliminar. E

ELEIÇÕES 2022

Doria diz querer Alckmin no PSDB, e ex-governador admite opção Lula

Agora presidenciável do PSDB, o governador de São Paulo, João Doria, afirmou ontem que gostaria que o ex-governador Geraldo Alckmin (foto) permanecesse no PSDB.

Desafeto de Doria, Alckmin já anunciou que está de saída do partido, mas aguardou as prévias para isso -ele apoiou o candidato derrotado, Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul.

"Gostaria que ele permanecesse no PSDB. (...) Mas essa é uma decisão soberana do governador Geraldo Alckmin", disse em entrevista à imprensa.

Doria disse respeitar a biografia e a trajetória de Alckmin, que foi um dos fundadores do PSDB, e o elogiou como um "homem honesto e decente".

Questionado sobre o fato de Alckmin poder ser seu adversário nas urnas, como vice do ex-presidente Lula (PT), Doria afirmou que preferia não admitir

esse tema.

Alckmin decidiu deixar o PSDB depois que Doria escolheu seu vice, Rodrigo Garcia (PSDB), como candidato do partido ao Governo de São Paulo, vaga que o ex-governador pleiteava. Alckmin pode ser candidato ao Palácio dos Bandeirantes pelo PSD ou migrar ao PSB para fazer a dobradinha com Lula no plano nacional.

Alckmin participou, nesta segunda, de uma reunião com presidentes das centrais sindicais Força Sindical, UGT, CTB e Nova Central. No encontro, os dirigentes deram sinal positivo para a chapa Lula-Alckmin, e o ex-governador não indicou se pretende ser candidato a vice ou a governador -as duas hipóteses

estão em aberto.

Aliados de Alckmin apostam que, com a vitória de Doria nas prévias, a saída do PSDB deve ser anunciada em breve, mas a escolha em relação a partidos e cargos na eleição de 2022 pode ficar só para o ano que vem.

De acordo com Miguel Torres, presidente da Força Sindical, Alckmin disse ter se preparado para mais uma corrida estadual, mas que a hipótese nacional também caminhava.

Adilson Araújo, presidente da CTB, afirmou que Alckmin se colocou à disposição para o diálogo em torno de uma alternativa para o país.

Na reunião, o ex-governador falou sobre a necessidade de



COVID-19

Rio mantém carnaval enquanto avalia impacto de variante

O Rio de Janeiro mantém o planejamento para a realização do carnaval no ano que vem apesar do surgimento da Ômicron, nova variante do coronavírus. A Secretaria Estadual de Saúde afirma que mudanças só ocorrerão em caso de alteração na tendência epidemiológica na cidade.

As inscrições para o concurso de Rei Momo, Rainha e Princesa do Carnaval, feitas pela prefeitura, seguem abertas até hoje. A Liesa (Liga das Escolas de Samba) mantém a venda de ingressos para o desfile no Sambódromo e os preparativos para a apresentação de 506 blocos seguem em curso.

O secretário estadual de Saúde, Alexandre Chieppe, afirma que novas restrições só serão impostas após uma mudança no cenário epidemiológico ou informações mais precisas sobre a transmissibilidade e gravidade da variante Ômicron.

"Ainda não temos dados sobre a agressividade da variante, seu risco clínico, ou se escapa da vacina. A decisão é tomada com base na realidade atual ou na futura projetada com base em algumas variáveis mais claras", disse ele.

Chieppe afirmou que todas as amostras de turistas estrangeiros com resultado positivo para o novo coronavírus terão a variante identificada, a fim de monitoramento da chegada da Ômicron. Ainda não há registros da cepa no estado.

O governador Cláudio Castro (PL) afirmou que a prioridade agora é discutir o cenário da realização do Réveillon. Para ele, ainda "não há desespero".

"Não é hora de falar de car-

naval. A hora é olhar para o Réveillon. Na fotografia de hoje não há desespero. Vou a Brasília, amanhã, para entender o que eles estão pensando. O Rio é a porta de entrada para o país. O meu estado é o primeiro a ser impactado por qualquer nova cepa. Temos que estar bem preparado com isso", disse ele.

Na semana passada, Daniel Soranz, secretário de Saúde do Rio, afirmou que não existe possibilidade de cancelar ou postergar o Réveillon e o carnaval.

A Secretaria Municipal de Saúde afirma que, por ora, não há evidência científica que indique a necessidade de restrição à realização das festas de fim de ano. Em 17 de setembro, eventos foram retomados na cidade e, segundo a pasta, não houve aumento nos números da pandemia desde então.

"As internações pela Covid-19 são cada vez mais raras e todos os indicadores de monitoramento da pandemia seguem em queda sustentada. A prefeitura seguirá monitorando o panorama epidemiológico e, em caso de mudança, poderá alterar as medidas", afirma a secretaria.

A capital segue com a menor taxa de transmissão e número de pessoas internadas desde o início da pandemia. Na tarde desta segunda-feira, o painel da prefeitura indicava que havia 27 pessoas internadas com Covid em hospitais públicos da cidade.

Em nota, a Liesa afirmou que sege em contato com as autoridades competentes. "Seguimos confiantes na realização do evento."

NOVA VARIANTE

EUA descartam lockdown; OMS alerta para novos surtos

PEDRO IVO DE OLIVEIRA/ABRASIL

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou ontem que a variante Ômicron do novo coronavírus impõe alto risco de novos surtos de infecção.

A OMS advertiu as 194 nações afiliadas de que a possibilidade de um novo surto pode ter consequências severas, mas ressaltou que nenhuma morte foi registrada até o momento em decorrência da nova variante.

Também ontem, o presidente norte-americano, Joe Biden, afirmou em discurso na Casa Branca que a nova variante é motivo de preocupação, mas

não de pânico. Segundo Biden, a variante chegará em solo americano cedo ou tarde; portanto, a melhor abordagem no momento é a vacinação.

Na próxima quinta-feira, a Casa Branca, sede do governo dos Estados Unidos, divulgará uma nova estratégia para lidar com a pandemia e suas variantes durante o inverno. Joe Biden adiantou que o plano não incluirá novas ações restritivas à circulação de pessoas ou contenção de aglomerações. "Se as pessoas estiverem vacinadas e usarem máscaras, não há necessidade de novo lockdown (confinamento)", afirmou.

O presidente ressaltou, entretanto, que ainda demorará algu-

mas semanas até a comprovação da eficácia dos imunizantes disponíveis contra a Ômicron.

O especialista em saúde Anthony Fauci, conselheiro do governo nas ações contra a pandemia, disse que o país "obviamente está em alerta vermelho". "É inevitável que se espalhe amplamente", afirmou em entrevista a uma rede de televisão no sábado passado.

Segundo projeções de órgãos de saúde internacionais, o número de casos da variante Ômicron deve ultrapassar 10 mil nesta semana, em comparação aos 300 registros feitos na semana passada, informou o professor Salim Abdool Karim, infectologista que trabalha no com-

bate à pandemia no governo sul-africano.

No domingo, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, denunciou em redes sociais o que chamou de abordagem "injustificada e anticientífica" em relação ao país. Para Ramaphosa, o fechamento de fronteiras e a proibição de voos de países da África Austral fere profundamente economias que dependem do turismo, além de serem "uma espécie de punição pela capacidade científica de detectar novas variantes".

O presidente da África do Sul fez um apelo para que autoridades internacionais não estabeleçam restrições de voo para a região.

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

China promete mais 1 bilhão de doses de vacina contra Covid-19 à África

O presidente da China, Xi Jinping (foto), disse ontem que o país oferecerá mais 1 bilhão de doses de vacinas contra a Covid-19 a países africanos e incentivará empresas chinesas a investirem cerca de US\$ 10 bilhões na África nos próximos três anos.

A promessa de doses adicionais da vacina - além de quase 200 milhões que a China já forneceu ao continente - surge no momento em que se intensificam as preocupações com a disseminação de uma nova variante do coronavírus, conhecida como ômicron, que foi identificada pela primeira vez no sul da África.

Em discurso feito por meio de

um vídeo na abertura do Fórum de Cooperação China-África, Xi disse também que será criado um centro transfronteiriço China-África para fornecer às instituições financeiras africanas uma linha de crédito de US\$ 10 bilhões, sem dar detalhes adicionais.

A África é uma das principais fontes chinesas de importação de petróleo bruto e minerais. Elas deverão chegarão a US\$ 300 bilhões nos próximos três anos, disse Xi, acrescentando que os dois lados vão manter cooperação em áreas como saúde, inovação digital, promoção comercial e desenvolvimento verde.



CASO HENRY

Defesa tenta anular cassação de Jairinho

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A defesa do ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, entrou com mandado de segurança na 7ª. Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, pedindo a nulidade do decreto legislativo que declarou a perda do mandato dele por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Jairinho foi cassado por unanimidade no dia 30 de junho deste ano. Foi o primeiro registro de cassação do mandato de um vereador na história da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O ex-vereador é acusado na Justiça pela morte do enteado Henry Borel, de 4 anos, no dia 8 de março deste ano. Segundo investigações policiais, o menino foi espancado em casa pelo padrasto. Jairinho está com a prisão preventiva decretada desde o dia 8 de abril, junto com a mãe do menino, Monique Medeiros.

Em ação contra o presidente da Câmara, Carlo Caiado, e a Mesa Diretora da Casa, o advogado Berilo Martins da Silva Netto pede a nulidade do decre-

to legislativo que declarou a perda de mandato do Dr. Jairinho.

O advogado enumera cinco motivos para que não houvesse perda de mandato. Berilo Netto diz que não houve quebra de decoro parlamentar; que "não foi homenageada a presunção de inocência de Jairinho", que os crimes impostos a seu cliente "não têm o condão de afastar a presunção de inocência", nem "se amoldam aos dispositivos regimentais da quebra de decoro parlamentar". Por fim, o advogado pede a nulidade do decreto parlamentar afirmando que "não se poder criar um novo tipo regimental para configurar quebra de decoro parlamentar".

O vereador Chico Alencar, que faz parte da Comissão de Ética da Câmara Municipal, disse no dia do julgamento que o que foi votado é se houve quebra de decoro. "Jairinho cometeu abuso de poder, tráfico de influência e mentiu quando disse que o pequeno Henry caiu da cama, o que foi desmentido pela perícia técnica".

Em nota, a Câmara Municipal do Rio informou que ainda não tinha sido citada sobre a ação.

Maioria de vacinas doadas à África tem validade curta, dizem entidades

A maioria das doações de vacinas anticovid-19 à África "tem sido feita com pouca antecedência e com vida útil curta", afirmou um conjunto de importantes organizações de saúde pública do continente.

"Isso tornou extremamente difícil para os países planejar campanhas de vacinação e aumentar a capacidade de absorção", acrescentam em comunicado conjunto o African Vaccine Acquisition Trust (Avat), os centros africanos de Controle e Prevenção de Doenças, reunidos no Africa CDC, e a Covax -- o mecanismo internacional, criado pela Aliança para as Vacinas (Gavi) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para permitir a 92 países e territórios desfavorecidos recebe-

rem gratuitamente vacinas financiadas por países ricos.

Até agora, mais de 90 milhões de doses doadas foram entregues ao continente por meio da Covax e do Avat, número que não inclui as vacinas recebidas em resultado de acordos bilaterais.

Para alcançar taxas de cobertura mais elevadas em todo o continente, e para que as doações sejam uma fonte complementar ao abastecimento por meio de compras, "essa tendência tem de mudar", afirmam as organizações no comunicado.

"Os países precisam de um abastecimento previsível e confiável. Ter de planejar em curto prazo e assegurar a absorção de doses com vida útil curta aumenta exponencialmente a car-

ga logística sobre os sistemas de saúde que já se encontram sobrecarregados", alertam.

"Além disso, o tipo de fornecimento feito utiliza capacidades - recursos humanos, infraestrutura, cadeias de frio - que poderiam ser direcionadas para uma implementação bem-sucedida e sustentável a longo prazo", acrescenta o texto.

Para as organizações, o fato de os imunizantes chegarem ao continente com prazos de validade curtos "pode ter repercussões, em longo prazo, na confiança nesses produtos".

As doações para Covax, Avat e países africanos "devem ser feitas de forma a permitir que os países mobilizem eficazmente os recursos internos, em apoio à

implementação, e permitir o planejamento a longo prazo para aumentar as taxas de cobertura. Por isso, as instituições pedem à comunidade internacional, em particular aos países doadores e fabricantes, para que se "comprometam com esse esforço".

Previsibilidade, estabelecimento de objetivos, prazos de validade das vacinas adequados - com um "mínimo de dez semanas" -, avisos prévios de "no menos de quatro semanas", tempo de resposta e fornecimento, além das vacinas, de todos os acessórios essenciais para assegurar a sua rápida absorção, como seringas, são recomendações feitas aos doadores e fabricantes.

BioNTech começa a trabalhar em vacina para combater nova variante Ômicron

A BioNTech informou, ontem, que começará a trabalhar em uma vacina para combater a ômicron, a nova variante do coronavírus detectada na África do Sul. Ainda não está claro se a empresa terá que retrabalhar a vacina que desenvolveu em parceria com a Pfizer contra a Covid-19.

O desenvolvimento de uma

vacina adaptada faz parte do procedimento padrão da empresa para novas variantes, disse a BioNTech, que produz imunizantes junto com a Pfizer, em comunicado.

"Os primeiros passos para desenvolver uma potencial nova vacina se sobrepõem à pesquisa necessária para avaliar se uma

nova dose será necessária", acrescentou.

A variante ômicron carrega um risco global muito alto de surtos, alertou hoje a Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme mais países relataram casos, o que levou ao fechamento de fronteiras.

A BioNTech disse, na sexta-

feira passada, que espera mais dados de laboratório nas próximas duas semanas para ajudar a determinar se há necessidade de uma vacina específica para a ômicron. Sua rival, Moderna, informou que está trabalhando em uma reformulação de sua vacina contra a covid-19 para futuras doses de reforço.

Nota

DETRO-RJ AUTUA 43 VEÍCULOS NAS 'AÇÕES ACESSIBILIDADE'

Fiscais do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ) aplicaram 43 multas e vistoriaram mais de 300 coletivos durante a 'Ação Acessibilidade'. Em quatro meses, os agentes percorreram 15 municípios e um total de 17 terminais rodoviários. Os itens verificados foram a plataforma elevatória, sinal sonoro, cinto de segurança e cadeira de transbordo, além de condições gerais dos veículos. As fiscalizações ocorreram nos terminais: do Rio, Roberto Silveira (Campos), Macaé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Itaperuna, Alexis Novelino (Cabo Frio), Araruama, Roberto Silveira e João Goulart (Niterói), Alcântara (São Gonçalo) e Nova Friburgo.

DocuSigned by:

Acionista

6BF787B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br